

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielese Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruct (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruct (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruct (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielese Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielese Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 667-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o protocolado n.º 9.616, de 28 de setembro de 1973 observado o disposto na Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973 e Resoluções n.ºs 9.480 de 31 de agosto de 1973, e 9.483, de 13 de setembro de 1973, do Tribunal Superior Eleitoral e considerando que foram atendidas as exigências legais,

RESOLVE:

Conceder registro à Chapa composta pelos Deputados João Mansur; Jorge Sato; Ivo Thomazoni; Luiz Roberto Nogueira Soares; Francisco Borsari Neto; Ovidio Luiz Franzoni; Olavo Garcia Ferreira da Silva; João Leopoldo Jacomet e Paulo Afonso Alves de Camargo, candidatos pela Bancada da Aliança Renovadora Nacional a Deputados e Suplentes da representação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no Colégio Eleitoral que elegerá Presidente e Vice-Presidente da República em 15 de janeiro de 1974.

Palácio "XIX de Dezembro" em 1.º de outubro de 1973.

- a) JOAO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO — LEGISLATIVO N. 668-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.018-73, de 14 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, a funcionária Areodiva Mann de Souza a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de outubro de 1973.

- a) JOAO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 187ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 10 de Outubro de 1973
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima Secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Sebastião Rodrigues Júnior.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad — Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Ovidio Franzoni — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Quiesle Crisóstomo — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os srs. Deputados: David Federmann — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — João Fadel — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 224-73. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 226-71, de autoria do Sr. Deputado Cândido M. de Oliveira que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público na forma da Legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11 quinta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 164-73.

Levanta-se a Sessão.

3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 188ª Sessão Ordinária
Realizada em 10 de Outubro de 1973
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regital é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo

Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — João Fadel — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. BORSARI NETO — Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de verificar que se encontra nesta Casa o ilustre Dr. Haroldo Bianchi, suplente de Deputado Estadual e que deverá emprestar o brilho de sua inteligência a esta Casa, assumindo a vaga deixada pelo ilustre ex-Deputado Armando Queiroz.

Assim sendo solicitaria a V. Exa. que se designasse uma Comissão para introduzir o ilustre Deputado até o Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com Requerimento do Sr. Deputado Borsari Neto, defiro a questão de ordem e designo uma Comissão composta pelos Srs. Deputados Borsari Neto, Aginaldo Pereira Lima e Domicio Scaramella para introduzir nesta Casa o Sr. Deputado Haroldo Bianchi.

(O Sr. Deputado Haroldo Bianchi é introduzido ao Plenário)

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. Deputado Haroldo Bianchi para prestar o compromisso legal.

(Presta o compromisso)

O SR. RESIDENTE — Declaro empossado o Sr. Deputado Haroldo Bianchi.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada por 15 (quinze) dias, da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 216-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de prerrogativas regimentais, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a suspensão dos trabalhos da Casa no dia 12 do corrente, data consagrada à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(aa) — Borsari Neto — Xenofonte Villanueva — Erondy Silvério — Basilio Zanusso — Antonio Belinati — Marciano Baraniuk — Leopoldo Jacomet — Olavo Ferreira — Iris Caldart — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni e Ivo Thomazoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma prevista pelo Regimento Interno, requer, após uído o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Elizio Ferraz de Campos, MD. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, no sentido de que determine sejam tomadas as medidas necessárias para ser reformado ou reconstruído o Salão Nobre do Grupo Escolar Marquês de Caravelas, da cidade de Araçongas.

Interditado pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais, desde 1969, o referido salão vem pondo e mrisco a vida de mil e duzentas (1.200) crianças, pois se encontra com a sua estrutura totalmente comprometida, estando, agora, na iminência de desabar, tornando-se por via de consequência, em uma situação ainda mais dramática.

Além do fato narrado, acrescente-se a circunstância de que tal estado de coisa vem prejudicando não só as crianças do citado Grupo Escolar, como também o regular funcionamento do Colégio Estadual de Araçongas, que se utiliza das mesmas instalações para ministrar o curso de sua especialidade aos seus alunos, sendo estas as razões do apelo que ora formulamos.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, pela inauguração de seu novo templo e sede administrativa no Paraná, sito à Rua Alberto Poloni, 124, cujas solenidades se verificarão na noite de hoje, às 20,00 horas.

A Igreja do Evangelho Quadrangular, também conhecida por Cruzada Nacional de Evangelização, que tem como seu Presidente Nacional o Rev. Georg Faulkner, Vice Presidente Nacional e Superintendente no Paraná o Rev. Raul Rodrigues de Castro, que também é o Pastor da Igreja inaugurada, muito tem feito pelo soerguimento moral e espiritual do nosso povo, a par da grande obra assistencial que realiza.

Daí, a nossa satisfação pelo auspicioso fato, que também proporciona a Curitiba mais um magnífico prédio, com toda a sua beleza arquitetônica moderna.

Requeiro, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Nacional de Diretores e a Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1973.

(a) — Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Como não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a

palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna justifica-se em face de dois fatores.

Primeiro para dar conhecimento à Casa da resposta ao Pedido de Informações formulado pelo nobre Deputado Muggiati Filho à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, Café do Paraná, que comunica ao Deputado solicitante e aos demais desta Casa que "o estoque de sementes de soja ao início das vendas para o agricultor, era de 42.000 sacas. Esta quantidade foi o total de sementes de soja que a "Café do Paraná" conseguiu adquirir dos Campos de Cooperação, embora o total contratado ascendesse a 184.120 sacas".

"As vendas aos agricultores foram iniciadas em 15.9.73, época em que normalmente se inicia a comercialização de sementes de soja".

"As vendas não foram suspensas, apenas foram iniciadas na época adequada, como sóe acontecer todos os anos".

"O critério adotado para distribuição foi o de proporcionalidade. Como este ano dispomos de apenas 70% do volume de vendas do ano passado, as sementes de soja foram distribuídas aos Postos, dentro desta proporção, com recomendações para que os lavradores clientes tradicionais da Café do Paraná fossem atendidos dentro do mesmo critério de proporcionalidade. O preço é de Cr\$ 180,00 por saca de 50 kg, inclusive inoculante e a comercialização foi autorizada em 15.9.73".

"Como medida de justiça, como já foi dito acima, o critério adotado foi o de proporcionalidade, com preferência de atendimento aos compradores tradicionais. O fornecimento é autorizado pelos Chefes dos Postos localizados no interior do Estado".

Assim cumpre o Poder Legislativo com o dever de responder às informações solicitadas, desta vez respondendo especificamente ao brilhante Deputado Muggiati Filho que em sessão anterior havia solicitado, através de discurso próprio, o Pedido de Informações cuja resposta este ofício contém.

Também aproveito a oportunidade para, em nome da Bancada da ARENA, dar as boas vindas ao nobre Deputado Haroldo Bianchi, desejando que sua estada entre nós seja uma permanente confraternização e, mais do que isso, não só dar as boas vindas, mas também reconhecer que a Região que vem representando nesta Assembleia, hoje está de parabéns, porque tem um Deputado à altura de suas tradições.

Queira receber, pois, Sr. Deputado Haroldo Bianchi, com as nossas boas vindas, os mais sinceros desejos de muitas felicidades no seio desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, em nome da Bancada do MDB, queremos receber de braços abertos e emprestar toda nossa amizade ao ilustre Deputado Haroldo Bianchi, que acaba de assumir sua cadeira nesta Casa. Que o ilustre representante de Jacarezinho, do Norte pioneiro, cujas qualidades de homem público, de cidadão, médico ilustre nós reverenciamos, seja bem-vindo a esta Casa e que encontre sempre em cada um de nós, um amigo, porque realmente queremos cultivar essa amizade.

Seja bem-vindo e que seus dias nesta Casa sejam sempre de total felicidade, entre companheiros e amigos, nas lides desta Casa de Leis.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos de respeitável cidadão, estudioso e entusiasta defensor do Paraná, autoridade respeitável no mundo dos negócios, no setor socio-econômico, que "O Paraná é um rico pomar sem muros no tocante a sua estrutura de poupanças-investimentos privados".

"Suas energias financeiras não saem do Brasil. Não somem no buraco da letra. Não desaguam no mar, mas dissipam-se em todas as direções para fora do Paraná".

Esta dissipação de energias financeiras é o maior desafio, sem qualquer dúvidas, que o Governo do Estado enfrenta no momento atual, desta conjuntura de desafio. Urge que o Governo se conscientize da realidade e se proponha a corrigir, entendendo, estruturando e normalizando o sistema "poupança-investimentos".

Ou partimos para afirmação da estrutura econômica do Estado, ou sucumbimos. É necessário cercarmos o nosso pomar a fim de que os nossos vizinhos sejam recebidos pela porta da frente.

As empresas devem proliferar, pequeno, médio e grande porte, com os empresários paranaenses aceitando a necessidade inelutável de adequar a dimensão de sucessivas causas e consequências acumulativas.

"Se possuirmos as melhores e maiores condições para uma produção agrícola-pastoril e não outras fontes de fornecimento da matéria prima, pelo menos ao que se conhece por agora, urge que se estruture e implante tal produção, com a tão necessária e devida assistência e estímulo do poder público. Que o Governo vá ao encontro da grande massa humana entregue a esta espécie de produção, no sentido de que, primeiramente, se coloque em devidos e necessários termos a infra-estrutura para o alcance da industrialização, pois não teremos as indústrias bases da transformação dos nossos produtos, como também, e logicamente, como decorrência, uma série enorme de outras atividades. As fábricas de insumos, de adubos, de maquinaria agrícola, de implementos e as decorrentes dos sub-produtos daquela própria transformação.

Inegavelmente um dos fatores mais essenciais, está na implantação de boas estradas, as vias a coletar benefícios, recebendo maquinaria, insumos, inseticidas, sementes, artigos de consumo e a expelir a sua produção, rápida, eficiente e econômica. Estradas é fator fundamental.

Daí vem, com imensa alegria, Srs. Deputados, a presença hoje nesta Capital do Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes com a histórica finalidade da inauguração do primeiro trecho da Central Ferroviária — bem como a assinatura dos contratos da implantação dos trechos Irati-Relgião, Cascavel-Campo Mourão, Cascavel-Toledo e Santa Antonio da Platina-Ibaiti.

Julgamos isto significar a grande arrancada para, especialmente, a emancipação socio-econômica do Oeste que honrosamente representamos nesta Casa de Leis.

Por isto, e com toda justiça, eis que aqui estamos não somente para criticar, para reivindicar, para denunciar, mas também, com bom senso de justiça, para aplaudir, é que em nome do Oeste erguemos desta Tribuna nosso veemente aplauso e nosso melhor agradecimento pelo evento. Se soubermos pedir, exigir, o início destas importantíssimas obras, mais alegremente sabemos aplaudir.

Esperamos que, para a complementação das obras ora iniciadas sua Ex-

celência o Governador do Estado faça com que os núcleos da pujante produção do Oeste que interliguem com estradas boas as vicinais

É justo e necessário frisar que se está no Oeste iniciando a colheita do trigo, numa produção que promete das melhores, mas não temos estradas para o escoamento desta produção. O soja, ao que tudo indica, na próxima safra será dobrada, indo à casa dos vinte milhões de sacas, nas áreas compreendidas pela jurisdição das Cooperativas que compõe o Projeto Iguaçu. E se não se der condições de escoamento a tão grande safra, os prejuízos serão incalculáveis.

Chamamos a atenção, especialmente, para as que ligam Palotina—Toledo—Cascavel; Guaíra—Terra Roxa—Mal. Cândido Rondon—Toledo—Cascavel; Santa Helena—Matelândia, ou Medianeira; Nova Aurora—Cafelândia—Cascavel; Corbélia—Cascavel e Leonidas Marques—Santa Tereza, na BR-277".

São as estradas principais que interligam os grandes produtores da Região Oeste, a Região que mais produz hoje, do Estado do Paraná, a Região que mias gera riquezas para este Estado, que significa a transformação de enormes e vultosas divisas para a consolidação da economia paranaense nacional.

Gostariamos também de vir a esta Tribuna e aplaudir com todo o nosso entusiasmo, pela melhoria das condições dessas estradas — teriam Vv. Exas. e o povo do Paraná, a oportunidade de ver que realmente o Estado do Paraná é o grande celeiro do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. HAROLDO BIANCHI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Bianchi.

O SR. HAROLDO BIANCHI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de três longos anos de ausência desta augusta Casa de Leis, aqui estou novamente porque o destino assim o quis e, não sei como me pronunciar para agradecer tanta amabilidade; a recepção que tive foi das mais comoventes, confundiu-me o excesso de zelo e de amizade, este calor humano tão importante que recebi neste instante.

Longe desta Casa de Leis, é verdade, nunca deixei de acompanhar o trabalho de Vv. Exas., nos momentos mais difíceis porque atravessou o nosso Estado, inclusive nas conjunturas todas do Poder Executivo, esta Casa portou-se brilhantemente emprestando o serviço incomparável, mandando, daqui, o homem de alto gabarito, incontestavelmente uma cultura ampla, que foi o nosso preclaro Presidente, Deputado João Mansur.

Auscultei na ocasião, então vi como o povo paranaense exuberou de alegria pela iniciativa e pela conduta daquele parlamentar; ao mesmo tempo, Vv. Exas. aqui, cada um em sua Cadeira trabalhou, e eu acompanhei vivamente interessado em termos de Paraná melhor e progressista.

Vv. Exas. escreveram páginas brilhantes na História do Paraná, neste período difícil porque passou. Felizmente, agora, o Estado entra na sua linha de progresso que merece, com o novo Governador, Sua Excelência o Dr. Emílio Hoffmann Gomes. A ele me permito neste instante, para que fique gravado nos Anais desta Casa, enviar o meu abraço cordial e os parabéns pela atuação que te mudo até este momento. A Vv. Exas. que me confundiram com tanta amabilidade deixando-me totalmente à vontade, o meu abraço cordial pela acolhida, e a minha promessa, a minha fiel promessa de fazer tudo o que estiver ao meu alcance para pelo menos colaborar com Vv. Exas. no sentido de melhor orientar esta Casa de Leis.

Muito obrigado, e meu agradecimento pela acolhida.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É com satisfação que novamente nós, ao virmos aqui nesta Casa de Leis assumido a Tribuna para fazer um agradecimento a todos aqueles que o receberam novamente de braço sabertos, nada mais fazemos do que estender as nossas mãos a V. Exa., que nos dá assim uma demonstração de profunda amizade pelo companheiro que sempre foi, e é, e sempre há de ser nesta Casa e daqueles que dela participam, com a lembrança voltada para o passado, da contribuição efetiva e brilhante que V. Exa. deu, quando aqui exercia o seu mandato, representando o Norte pioneiro.

Fisionomicamente diferente, mas é o mesmo Deputado, o mesmo homem, é o mesmo coração, o mesmo parlamentar brilhante que hoje volta ao nosso convívio, sedento de desenvolvimento e progresso, junto de um Governo, Emílio Gomes, a quem tanto confiamos. Portanto, nós, não estendemos as mãos ao nobre Deputado, apenas por estender, mas demos o que tínhamos de melhor, que foi o nosso próprio coração dando uma demonstração de amizade profunda que sempre devotamos ao companheiro nas antigas lutas dentro desta Casa de Leis. Seja bem-vindo, nobre Deputado, a esta Casa.

O SR. HAROLDO BIANCHI — Agradeço as palavras elogiosas de V. Exa. Ainda recentemente num Congresso de Criminologia, aliás o primeiro Congresso de Criminologia realizado em Londrina, de 21 a 27 de outubro, eu senti de perto o interesse quase que desusado com a contribuição notável que deu ao nosso Congresso. Agradeço de maneira sensível as palavras bon-dosas de V. Exa., e ainda em tempo, me perdoem, agradeço as palavras honrosas do Deputado do MDB, Iris Caldart e do nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Havia solicitado ao nobre Líder da Arena Deputado Luiz Roberto Soares, que eu meu nome e em nome da liderança do Governo, saudasse V. Exa. Mas eu não me sentiria bem, vindo V. Exa. deixar a Tribuna, sem que pudesse expressar de viva voz, o contentamento, a alegria e porque não dizer, a euforia, por ver V. Exa. ingressar na Casa que durante tantos anos foi sua Casa, a nossa Casa. Recordo-me da atuação extraordinária de V. Exa. não só nas Comissões Técnicas, no Plenário, mas principalmente ocupando com tanto brilhantismo um cargo na Comissão Executiva durante determinado período para a vida pública paranaense e brasileira.

V. Exa. sempre deixou, nesta Casa, saudades. Porque V. Exa. soube sempre ser nas atitudes de homem correto e com muita firmeza, sempre expressou seu ponto de vista e soube bem defendê-lo. V. Exa. volta e a Bancada se robustece. Quando há alguns dias desta Tribuna eu saudava o Deputado Armando Queiroz, nomeado recentemente para o cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, dizia que era uma lacuna difícil de preencher, mas quando lembrávamos que era V. Exa. que haveria de substituí-lo nesta Casa, à unanimidade dos Deputados expressou a certeza de que V. Exa. mais do que ninguém haveria de suprir, de preencher esta lacuna. Agora que V. Exa. reassume o cargo que por tantos anos desempenhou com tanto brilho, é a oportunidade que temos para cumprimentá-lo e parabenizarmos com o acontecimento. V. Exa. haverá de ser o que sempre foi, o companheiro, o amigo o batalhador incansável de todas as justas causas que aqui se defendem em favor da comunidade. Nossas boas vindas e pode estar certo que continua contando com a totalidade dos Deputados, que são todos amigos de V. Exa.

O SR. HAROLDO BIANCHI — Agradecido, nobre Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo nesta Casa. As palavras de V. Exa. tocam-me profundamente o coração.

Sem dúvida, tenho o ânimo de não esmorecer, para não desmerecer. De qualquer maneira, pelas falhas que possam haver, peço desde já minhas escusas. Mas creio que a intenção é das melhores de servir a Casa e de servir ao nosso Estado.

Sinto-me como se estivesse entrando no céu. Esta porta foi como a porta do céu. "Haec domus dei et porta coeli".

Vou dar o máximo de meus esforços para que possa desempenhar o meu cargo de Deputado a contento para não decepcionar esta recepção belíssima que Vv. Exas. estão fazendo neste momento.

Agradecido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência cumpre o grato dever de comunicar a presença em Plenário do Sr. Mário Conselvan, Prefeito Municipal de Cambará e Adalberto Machado, Auxiliar de Justiça daquela Comarca.

Comunica também ao Plenário que esta Casa recebeu convite para a posse de Dom José Joaquim Gonçalves, Bispo da Diocese de Cornélio Procopio, que se realizará a 13 do corrente.

Na forma do Regimento, artigo 43, designa uma Comissão composta pelos Deputados Rosário Pitelli, Emílio Carazzai, Borsari Neto e Alvaro Dias para representar esta Assembléia naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-73, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino Dona Joana Athaide, da cidade de Cornélio Procopio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à menor órfã Mônica Angélica Silveira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, as obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Contenda, um (1) trator com arado marca John Deere, modelo 730-S, Série 7325945, pertencente à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-72, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-72, de autoria do Dep. Domicílio Scaramella, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 24 do Projeto acima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

EMENDA

AO PROJETO N.º 195-72 — MENSAGEM N.º 52-72

Emenda ao § 2.º do art. 24 —

Leia-se:

1. 6%, até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;
2. 10% (dez por cento) a partir do final do prazo referido no item anterior.
Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Domicílio Scaramella

SEÇÃO IV DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 24 — Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária competente para sanar irregularidades, terão excluída a responsabilidade por infração.

§ 1.º — Ocorre a denúncia espontânea quando, inexistindo, ainda, a peça básica do processo administrativo-fiscal, não tenha sido iniciado, formalmente, em relação à infração, qualquer levantamento fiscal, ou outra medida de fiscalização.

§ 2.º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o recolhimento do tributo devido, e do acréscimo do imposto, correspondente a mora de:

1 — 5% (cinco por cento), até 30 (trinta) dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;

2 — 10% (dez por cento), de 31 (trinta e um) até 60 (sessenta) dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;

3 — 20% (vinte por cento), de 61 (sessenta e um) até 90 (noventa) dias, contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;

4 — 40% (quarenta por cento), a partir do termo final do prazo referido no item anterior.

Requerimento

Senhor Presidente:

1. Tramita por esta Casa, já em terceira discussão, a Mensagem Gover-

nnamental n.º 52-72, transformada no Projeto de Lei n.º 195-72, da Lei Orgânica do I.C.M.

Na última sessão do ano legislativo que se findou a 5 de dezembro último, após alongadas discussões, iniciadas já na segunda votação da matéria, conforme registram os anais desta Augusta Assembléia, foi aprovado requerimento de autoria do deputado subscritor da presente, no qual se pediu a retirada da matéria da ordem do dia e o seu retorno à Comissão de Constituição e Justiça, para proferir parecer sobre os problemas apontados. Tais problemas se resumem em que o Projeto estaria sujeito ao voto da maioria absoluta para sua aprovação, na forma do art. 26 da Constituição Estadual, visto se tratar de lei orgânica, ou ainda, deveria ser observado outro rito distinto do aplicado em seu processamento, se se tratasse de codificação ou consolidação, como determina o Regimento Interno, art. 199 e parágrafos.

2. Já se encontrava nesta Casa o Ofício do Senhor Governador do Estado, Prof. Pedro Parigot de Souza, convocando a Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário, para apreciação da matéria, quando, em reunião preliminar e após em reunião conjunta com as duas Bancadas que compõem este Plenário, seus Líderes e a Mesa, com as presenças do Dr. Luiz Fernando Van der Broocke, como representante da Secretaria da Fazenda, do Dr. Mário Faraco, Secretário do Interior e Justiça e do Senador da República Accioly Filho, foi colocada em relêvo e máxima urgência de dotar o Estado de tal diploma de leis, ainda este ano, face a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, referida pelo Dr. Van der Broocke.

Pedi o Governo do Estado, em nome dos mais altos interesses do Paraná, a retirada das emendas oferecidas ao Projeto enfocado, sem o que, face aos prazos necessários para sua tramitação, seria impossível uma solução de urgência. Ficou, entretanto, ajustado entre os presentes, como condição essencial ao atendimento desse pedido, que as referidas emendas serão reexaminadas pelos interessados, já ao início da próxima sessão legislativa, em março de 1973, como prováveis ante-projetos de leis, com plena isenção e com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o Projeto em estudo.

1.º 3. Quanto ao problema exclusivamente legislativo, concordou o ilustre Líder do Governo e da Arena, Deputado João Mansur, com o que a votação em 3.a discussão seja procedida por votação nominal, somente sendo considerado aprovado o Projeto pelo voto da maioria absoluta, que assim ratificaria as votações anteriores.

4. Na realidade, assiste inteira razão no Governo do Estado no invocar a necessidade urgentíssima de deliberação sobre essa matéria.

Sabe-se que o Estado fixou as alíquotas do ICM através do Decreto 21.994, de 23.12.70. O Código Tributário Nacional, entretanto, é peremptório ao estabelecer que — "Somente a Lei pode estabelecer: I — a instituição de tributos, ou a sua extinção; II — a majoração de tributos ou sua redução", conforme dispõe em seu artigo 97. A competência legislativa emana da Constituição Federal que atribui ao Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República, a elaboração de leis tributárias (art. 43).

O Estado deve cumprir, pois, os mandamentos da lei federal e estabelecer em lei as alíquotas do ICM para 1973 e 1974, conforme estatui o Projeto de Lei n.º 195-72 em seu artigo 8.º, sob pena de ficar sujeitos às mais sérias implicações administrativas, com graves problemas jurídicos para o Paraná.

2.º Em razão do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado, pede que, ouvida a Casa, seja tomado o pronunciamento da CCJ em Plenário e concedida a retirada de suas emendas, não só as que subscreveu pessoalmente, mas também, as que foram subscritas pelos deputados Erondy Silvério, Domicílio Scaramella e Nivaldo Krüger, que também assinam o presente.

Pede, finalmente, que o presente requerimento seja apensado ou junto ao processo legislativo em foco.

Sala das Sessões, 28 de dezembro de 1972.

aa) Muggiati Filho

Domicílio Scaramella

Erondy Silvério

I) Aprovado o 1.º pedido, relativo à votação nominal.

II) Quanto ao 2.º pedido, ocorreu o pronunciamento favorável da C.C.J., através de comunicação verbal do seu Vice-Presidente, Dep. Maurício Fruet, em nome dos demais integrantes.

Aprovado, também, aditivo do Sr. Dep. Muggiati Filho, no sentido de que sejam destacadas as emendas, para que constituam projeto em separado.

A Divisão das Comissões, para atendimento.

Em 28-12-72

(Ass. ilegível) — 1.º Secretário

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 216-72

De autoria do ilustre Deputado Domicílio Scaramella o presente Projeto de Lei foi apresentado originariamente em forma de emenda, tanto que guarda ainda a forma e redação originais. Por esta razão e, também, porque sob o aspecto Constitucional e legal a proposição está em condições de ser aprovada, é que propomos o substitutivo, anexo.

Pela aprovação na forma do Substitutivo anexo.

É o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Sebastião Rodrigues

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 216-72

Art. 1.º — Os itens n.os 1 e 2, do parágrafo 2.º do Artigo 24, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

"1. — 6% (seis por cento), até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento.

2. — 10% (dez por cento), a partir do final do prazo referido no item anterior".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER

Ao Projeto de Lei N.º 216-72

1 — A presente proposição, de autoria do ilustre Deputado Domício Scaramella, visa dar nova redação aos itens n.ºs 1 e 2, do parágrafo 2.º, do art. 24, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passando a ter a seguinte redação:

"1 — 6% (seis por cento), até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento.

2 — 10% (dez por cento), a partir do final do prazo referido no item anterior."

2 — Referida proposição já devidamente apreciada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que ora examinamos nesta Comissão, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual somos favoravelmente à aprovação do projeto, na forma do Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de 08 de 1973.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível) — Relator

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. verbalmente e o farei por escrito em seguida, a retirada do Projeto de autoria do Deputado Domício Scaramella, por 15 dias, e fundamento o meu pedido para que o nobre Deputado Domício Scaramella não interprete de forma errônea nosso Requerimento.

Toda Casa e V.Exa. também tem conhecimento, acordou no sentido de que fossem retiradas as Emendas apresentadas ao então Projeto de Lei n.º 216-72, que tratava da Lei Orgânica do ICM, com o compromisso solene do Presidente desta Casa, o então Líder da Bancada João Mansur, Líder do Governo e Líder da Bancada, e do Sr. Representante do Secretário da Fazenda, no sentido de que sejam retiradas aquelas Emendas; a fim de que o Estado não sofresse prejuízos insanáveis com a aprovação daquele Projeto de Lei, até o último dia útil do exercício de 72 o Sr. Secretário da Fazenda admitiria que as Emendas se constituíssem num Projeto aparte.

O Projeto já foi elaborado, já recebeu parecer favorável e estamos aguardando apenas o pronunciamento do Sr. Secretário, no que diz respeito ao aspecto técnico, para que ele venha, então, à apreciação do Plenário.

Então, neste caso, seria de bom alvitre que o Projeto fosse retirado por 15 dias. Não havendo concordância do Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que ele seja incluído naquele Projeto de Lei, então, mais do que justo, e muita justiça, faria a Casa aprovando o Projeto de Lei de autoria do Deputado Domício Scaramella, porque realmente vem ele ao encontro dos contribuintes do Estado.

Foi um dos vícios da Mensagem Governamental esse artigo objeto da Emenda do Sr. Deputado Domício Scaramella. Portanto, a Casa tem o dever de aprovar por unanimidade o Projeto e, se vetado, também tem o dever de derrubar o veto do Governo do Estado, porque assim diz o interesse público.

Esta Casa aqui para atender o interesse público, sem esquecer também que o Estado tem o seu instrumento de arrecadação.

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Domício Scaramella não prejudica, em nada, a renda tributária do Estado e sim as rendas eventuais. Rendas eventuais referem-se a multas e multa não é receita é renda eventual. Além do mais essas multas são escorchantes e não possibilitam ao contribuinte defesa alguma. — (Sem revisão do orador).

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, estou de Pleno acordo com o Requerimento do Deputado Erondy Silvério. Como membro da Comissão Especial que trata da Lei Orgânica acho que seria interessante aguardar o pronunciamento do Sr. Secretário da Fazenda. Se não for resolvido o problema que venha, novamente, o Projeto para votação e discussão.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a retirada por 15 (quinze) dias da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 216-72. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto e outros, constante do Expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos da Casa no dia 12 do corrente, data consagrada à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário da Educação e Cultura e ao Sr. Superintendente da Fundepar, no sentido de que determinem sejam tomadas as medidas necessárias para ser reformado ou reconstruído o Salão Nobre do Grupo Escolar Marques de Caravelas, na cidade de Arapongas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à 1.ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, pela inauguração de seu novo templo e sede administrativa, sito a Rua Alberto Poloni. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 46-73 e 57-73, e dos Projetos de Lei n.ºs 208-72 — 212-72 — 43-73 — 52-73 — 62-73 — 74-73 — 91-73 — 137-73 — 153-73 e 156-73.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-72.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N.º 253-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — lotar Nelson Silveio Salles, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de outubro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.ª Legislatura — 1.ª Sessão Legislativa
Ata da 13.ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Sebastião Rodrigues Júnior — Erondy Silvério — Ovidio Franzoni — Ivo Thomazoni — Antônio Lopes Júnior e Xenofonte Villanueva. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da Hora do Expediente requerimento de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando seja cancelada a diligência requerida à Proposição n.º 100-72, de sua autoria na qual encaminha expediente da Prefeitura Municipal de Jataizinho, no qual é solicitada retificação de divisas entre os Municípios de Jataizinho e Assaí. O Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicita ainda que o processo seja dado à tramitação legal, considerando que o mesmo se encontra em Regime de Urgência e a Prefeitura Municipal de Assaí, até a presente data não se pronunciou a respeito. Deferido o requerido, que a referida Proposição seja encaminhada ao Senhor Relator Deputado Paulo Camargo, a fim de que ofereça seu parecer, em razão do Dputado em apreço ser o Relator designado da matéria. Constatou da Ordem do Dia os seguintes Projetos de Lei: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 162-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de Lei que reconhece de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com Substitutivo Geral. **Aprovado.** 2) — **PROJETO DE LEI N.º 193-73**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Da nova redação aos parágrafos I.º e II.º dos artigos 5.º, da Lei 5.615, de 11 de agosto de 1967, e dá outras providências. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. **Aprovado.** 3) — **PROJETO DE LEI N.º 194-73**, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet. Autoriza o Poder Executivo Doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado, situado na sede do referido Município, conforme especifica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. **Aprovado.** 4) — **PROJETO DE LEI N.º 195-73**, de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella. Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória. Relator o Senhor Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. **Aprovado.** 5) — **PROJETO DE LEI N.º 196-73**, de autoria do Senhor Deputado Iris Mário Caldart. Declara de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial ACESA, com sede e foro nesta Capital. Relator o Senhor Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. **Aprovado.** 6) — **PROJETO DE LEI N.º 202-73**, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede na cidade de Araucária. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. **Aprovado.** 7) — **PROJETO DE LEI N.º 208-73**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de valor correspondente a um salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. **Aprovado.** 8) — **PROJETO DE LEI N.º 214-73**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga a cidade de Castro à estrada do Cerne, numa extensão de quinze quilômetros. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. **Aprovado.** 9) — **PROPOSIÇÃO N.º 219-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 80-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Itauna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, com finalidades de fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator o Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. **Aprovado.** 10) — **PROPOSIÇÃO N.º 225-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. **Aprovada.** Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apóstos às proposições n.ºs 223-73 e 224-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos previstos em Lei, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 26.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Iris Caldart, na qualidade de Vice-Presidente. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Baffio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 45-73** — de autoria do Deputado Igo Losso, que acresce parágrafo que especifica ao artigo 27, da Lei n.º 5.615, de 11-8-67. **PROJETO DE LEI N.º 94-73** — de autoria do Deputado Maurício Fruct, que determina fixação obrigatória de critérios para realização de despesas pela Administração Direta e Indireta, com publicidade e divulgação. **PROJETO DE LEI N.º 124-73** — de autoria do Deputado Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. **PROJETO DE LEI N.º 125-73** —

de autoria do Deputado Antônio Belinati, que denomina São Luiz, o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, no Município de Clevelândia. PROJETO DE LEI N.º 146-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo a arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar, do Eng. Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 149-73 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 183-73 — de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 74-73, encaminhando anteprojeto de lei visando majorar para 3 (três) salários mínimos, fixados para a Capital do Estado, o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs 4.763 de 5-11-63 e 54-63, de 22-11-63, e o artigo 2.º da Lei n.º 5.155, de 16-6-65. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 99-73, que aprova os convênios firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e os órgãos que especifica. APROVADAS. — Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotelo-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Lélcio Guimarães Sotelo-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 45-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 27, da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

“Art. 27 —

Parágrafo único. A prestação de contas a que se refere este artigo, será feita por exercício e submetida ao tribunal do exercício financeiro subsequente ao dos recebimentos dos auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título”.

Art. 2.º — Os parágrafos 1.º e 11, do artigo 5.º, da mesma Lei, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º —

§ 1.º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se, sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 11 — Na primeira sessão plenária do novo exercício civil, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado”.

Art. 3.º — Ficam acrescentados aos artigos 16 e 30, da Lei supra citada, os seguintes parágrafos únicos:

“Art. 16 —

Parágrafo único — Os Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por quaisquer funcionários, designados pelo Presidente do Tribunal, dentre os portadores de diploma de bacharel em direito, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em função pública.

“Art. 30 —

Parágrafo único — O Tribunal de Contas poderá contratar os serviços de firmas especializadas para a execução das análises preliminares da fiscalização financeira e orçamentária dos órgãos públicos, inclusive dos Municípios”.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 94-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A distribuição realizada pela Administração Direta ou Indireta, de matéria de divulgação ou publicação a revista, jornais, periódicos e emissoras de rádios e televisão, obedecerá à critérios objetivos, estabelecidos em normas fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas.

Parágrafo único. Como base para fixação desses critérios, deverão ser levados em conta, entre outros fatores, a circulação do periódico, suas características editoriais, o mercado a que se dirige e a natureza da publicação a ser feita, bem como, no caso de emissoras, a audiência, a potência, o tipo de programação e outros elementos que possam influir na eficiência da divulgação.

Art. 2.º — Pela despesa efetuada em desconformidade com o disposto nesta Lei, responderá civil, administrativa e penalmente o agente que a ordenar.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 124-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas a seguir relacionados pertencentes à Secretaria de Agricultura:

1) Lote 46 — Trator D-8 Caterpillar;

2) Lotes 47 — Trator D-7 Caterpillar;

3) Lote 48 — Trator D-4 Caterpillar;

4) Lote 49 — Trator D-4 Caterpillar;

5) Lote 51 — Trator D-4 Caterpillar;

6) Lote 52 — Trator D-4 Caterpillar;

7) Lote 42 — Esteiras p/Trator Caterpillar;

8) Lote 50 — U. Lâminas e Escarificador p/Trator Caterpillar;

9) Lote 02 — Trator John Deere p/agricultura c/implementos (arados e grades) e;

10) Lote 03 — Trator John Deere p/agricultura c/implementos (arados e grades).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 125-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, pertencente ao Município e Comarca de Clevelândia, passa a denominar-se São Luiz e a ter sede na Vila de igual nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 146-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Correrão às expensas do Estado, mediante a abertura dos necessários créditos especiais, todas as despesas de tratamento médico e hospitalar do Governador, sempre que este no exercício do seu cargo, venha a ser acometido de doença que o inabilite, temporária ou definitivamente, para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único — O disposto neste artigo se aplica, em caráter retroativo, a casos ocorridos anteriormente à vigência desta Lei, no quadriênio governamental iniciado a 15 de março de 1971.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 149-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná e promovida, anualmente, em Curitiba, pelo referido estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 183-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O valor das pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

RESOLUÇÃO:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Acordo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos a seguir especificados:

a) Campanha Nacional de Educação dos Cegos, do Ministério da Educação e Cultura, em 21-7-72, na cidade de São Paulo, para aplicação de recursos em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais;

b) Ministério da Educação e Cultura, em 29-9-72, na cidade de Brasília, para aplicação de recursos de Salário Educação, instituído pela Lei n.º 4.440, de 17 de outubro de 1.964, em projetos e atividade constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do D.E.F.;

c) Departamento Regional do SENAI, no Paraná, termo de Acordo, em 3-10-72, objetivando estabelecer Planos Cooperativos de Educação Supletiva, como especifica;

d) Ministério de Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 3-11-72, na cidade de Curitiba, objetivando a prestação de assistência técnica pelo INEP, na elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa educacionais;

e) Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, do Município de Capanema, em 8-11-72, em Curitiba, com a finalidade de construir na cidade de Capanema, um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, e praça de esportes, destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau, nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1.971;

f) Prefeitura Municipal de Curitiba, 1.972, objetivando a construção de vestiários e sanitários, quadras de Basquete, Futebol de Salão, Voleibol, Andebol, Sala de Ginástica e Jogos de Salão, Sala para Guarda de Material e reparo do Campo de Futebol, nas praças esportivas que especifica, e;

g) Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro, em 1.972, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-10-73

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA
ATA DA 11a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Fa dgo Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antônio Belinatti, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, pas-

sando-se de imediato à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 118-73 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento de Escola Normal "Irene Rickli", sediada no Município de Cascavel, relator Senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, com emenda substitutiva, aprovado. Nada mais digo mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim secretário.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário